



Daniel Vieira*

RESUMO

O artigo intenta explicar como o anti-historicismo liberal de Karl Popper (1902-1994), contrário à concepção de que a história seja portadora de alguma significação intrínseca, vai de encontro ao determinismo sociológico de Karl Marx (1818-1883), segundo o qual o desenvolvimento social está refém de leis preconcebidas que o conduziriam inexoravelmente ao socialismo científico. Ressaltaremos, ainda, que, na visão de Popper, a impotência política marxista é ineficiente diante do que o filósofo austríaco considera como o efetivo modo de melhorar o quinhão da vasta maioria dos homens: o dever do Estado de evitar que tantos sofram por fome ou por ruína econômica, aliado ao reforço de instituições que regulem o arbítrio do poder, tendo em vista o problema da soberania. Concluimos mostrando a repercussão dessas reflexões no debate contemporâneo a partir da crítica de Anthony Quinton (1925-2010) à conexão, feita por Popper, entre historicismo e totalitarismo no pensamento de Marx.

Palavras-chave: Karl Popper. Historicismo. Karl Marx. Filosofia Política. Racionalismo crítico.

Some considerations about Karl Popper's criticism of Karl Marx's historicism

ABSTRACT

The paper tries to explain how the liberal anti-historicism of Karl Popper (1902-1994), contrary to the conception that history carries some intrinsic meaning, goes against the sociological determinism of Karl Marx (1818-1883), according to the which social development is hostage to preconceived laws that would lead inexorably to scientific socialism. We will also emphasize that, in Popper's view, Marxist political impotence is inefficient in the face of what the Austrian philosopher considers to be the effective way of improving the destiny of the vast majority of men: the State's duty to prevent so many from suffering from hunger or suffering by economic ruin, allied to the reinforcement of institutions that regulate the will of power, in view of the problem of sovereignty. We conclude by showing the repercussion of these reflections in the contemporary debate from Anthony Quinton's (1925-2010) critique of the connection made by Popper between historicism and totalitarianism in Marx's thought.

Keywords: Karl Popper. Historicism. Karl Marx. Political Philosophy. Critical rationalism.

*Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2017), tendo a monografia aprovada com nota máxima pela banca examinadora e publicada pela Editora Fi (Porto Alegre). Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGFil - UFRRJ) na linha Subjetividade, ética e política (2020). Interesses voltados para a epistemologia das ciências sociais, com ênfases em Karl Popper e Max Weber, filosofia das ciências naturais e para a história do liberalismo. E-mail: dmv95.ufrj@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5431-0846>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/915411362585535>.

Introdução

No início de *A miséria do historicismo*, Popper, de maneira geral, define sua compreensão do historicismo como uma maneira de abordar as ciências sociais com a pretensão de fazer *predições históricas* (POPPER, 1980), admitindo, assim, que com esse objetivo desvelar-se-ão “ritmos”, “tendências” ou “padrões” que subjazem à evolução da história.

A convicção do filósofo era a de que o método historicista era o responsável pelo então insatisfatório estado no qual se encontravam as ciências sociais teoréticas. Nesse cenário, constam duas vertentes do método historicista que são objetos de exame crítico por parte de Popper: a vertente naturalística e a antinaturalística.

A vertente naturalística caracteriza-se pela defesa de que é um dever da sociologia explicar e prever eventos valendo-se de teorias e leis universais que procura descobrir. Dando-a, nos moldes da física, como uma disciplina empírica, os corifeus dessa abordagem propugnam que dado o caráter bem-sucedido das previsões físicas, isto é, suas corroborações por via da experiência, a sociologia, então, de forma similar, tem seu relativo êxito em buscar corroborar suas previsões. Desse modo, a previsão apoiada em leis e o teste dessas leis à luz da observação devem ser comuns tanto às investigações dos físicos quanto dos sociólogos.

Por outro lado, a vertente antinaturalística sustenta que os métodos peculiares à física não podem ser estendidos às ciências sociais devido a profundas diferenças que separam aquela destas. As leis físicas ou “leis da natureza”, para os teóricos dessa vertente, são válidas em qualquer tempo e espaço, dado que o mundo físico é governado por um sistema de uniformidades físicas. As leis sociológicas ou “leis da vida social”, por sua vez, são diversas em distintas épocas e lugares. Embora admita que há muitas condições sociais cuja regularidade de recorrência podemos observar, nega que essas regularidades rastreáveis na vida social tenham o caráter uniforme das regularidades do mundo natural; dado que, no que concerne à vida social, há forte dependência da história e de diferenças culturais. Em outras palavras, dependem de uma situação histórica particular.¹

¹ “Assim, por exemplo, não se deve falar, sem ressalvas, em leis da Economia, mas tão-somente em leis econômicas do período feudal ou do início da era industrial, e assim por diante, sempre referindo a fase histórica durante a qual se admite que as leis em causa hajam prevalecido” (POPPER, 1980, p. 8).

Isso posto, tendo em vista as principais dificuldades relacionadas à interpretação histórica por Popper levantadas no capítulo conclusivo de *A sociedade aberta e seus inimigos*, veremos como a teoria marxista do Estado encaixa-se na vertente naturalística do historicismo – amparada, ademais, numa concepção essencialista de ciência cuja maior motivação é desvelar os “fenômenos ocultos” ou as “realidades que se encontram por detrás das aparências”.

Configura-se, então, a concepção de Estado de Karl Marx (1818-1883), ao ver de Popper, como parcialmente institucional e parcialmente essencialista (POPPER, 1974b). É institucional, conforme detalharemos, até o instante em que Marx busca averiguar que funções práticas têm as instituições legais na vida social. É essencialista, uma vez que Marx nem pesquisa a variedade de fins aos quais possam servir essas instituições, ou que sejam destinadas a servir. Ademais, nem sugere que reformas serão necessárias a fim de fazer com que o Estado sirva aos fins aos quais julgar desejáveis. Ao invés de formular exigências convenientes com relação às funções que almeja para o Estado, as instituições legais ou o governo, indagou: “O que é Estado?”; isto é, buscou desvelar a função essencial das instituições legais. Essa perquirição converge indubitavelmente com sua consideração essencialista e metafísica: o campo das ideias e das normas, para o filósofo alemão, é mera aparência de uma realidade econômica.

Iremos mostrar que a maior consequência dessa teoria é a de que toda a política, todas as instituições legais e políticas, assim como todas as lutas políticas, jamais podem ser dignas de maior relevância. Declara-se a *impotência* de toda política. A principal, ou única, tarefa de toda atividade política é a de velar para que as alterações do revestimento jurídico-político se mantenham em conformidade com as mudanças efetivadas na realidade social. Em outras palavras: de acordo com os meios de produção e com as relações entre as classes.

Marx acredita que toda a forma de governo, seja tirânico ou mesmo democrático, é uma ditadura de classe ou forma de subjugação da classe operária. Para Popper, segundo Júlio Cesar R. Pereira, essa concepção do filósofo alemão é fruto de “[...] uma situação de capitalismo selvagem que coonestava uma extremada exploração da classe operária” (PEREIRA, 1993, p. 143).

Intentamos, assim, mostrar que, na visão de Popper, essa forma de capitalismo acaba por conduzir ao chamado “paradoxo da liberdade”. Esse paradoxo só será

neutralizado a partir de um Estado que imponha restrições à liberdade com base na intersubjetividade desta e de uma forma que também evite o outro extremo, o intervencionismo absoluto. Tendo também em vista a posição popperiana de que a preocupação central da filosofia política não é com quem deve governar, mas com a questão de como devemos organizar as nossas instituições políticas para que os maus ou incompetentes governantes não causem demasiados danos, iremos nos centrar na introdução do volume 1 (1974a) e nos capítulos 13, 16, 17 e 25 do volume 2 de *A Sociedade Aberta e seus inimigos* (1974b). No entanto, iniciaremos apresentando os problemas que Popper observa quanto às interpretações históricas e seu estatuto perante as teorias científicas e como isso influenciou a interpretação do filósofo acerca do determinismo sociológico marxista. Concluiremos mostrando algumas fragilidades da conexão, apontada por Popper, entre historicismo e totalitarismo a partir das considerações de Anthony Quinton (1925-2010) em seu ensaio “Karl Popper: A política sem essência”.

1 Interpretação histórica e determinismo sociológico: peculiaridades e problemas

1.1 O problema da interpretação histórica

Na introdução ao primeiro volume de *A Sociedade Aberta e seus inimigos*, Popper declara que embora esteja principalmente interessado na metodologia das ciências naturais, com ênfase nos métodos da física, ele também se interessa pelo problema do estado algo insatisfatório de algumas ciências sociais; especialmente, da filosofia social (POPPER, 1974a). Esse seu interesse também se relaciona a questões de método. O autor declara, em forte consonância com o tema que estamos abordando, que seu interesse pelo problema do método nas ciências sociais eclodiu a partir da ascensão do totalitarismo e pelo fracasso que essas áreas obtiveram ao tentarem dar sentido a ele.

O ponto de partida da inquirição popperiana está na alegação de que todas as descrições científicas factuais são demasiado seletivas, sendo sempre dependentes de teorias. Analogamente, diz Popper, o que um holofote torna visível depende de sua posição, do modo como o direcionamos, de suas tonalidades e intensidades

(entretanto sempre também dependa, em alta escala, das coisas que por ele são iluminadas). Por sua vez, uma descrição científica é amplamente dependente do ponto de vista que sustentamos, dos interesses que carregamos:

Pois, se tentamos formular nosso ponto de vista, então sua formulação, via de regra, será o que às vezes se chamam uma hipótese operante, isto é, uma suposição provisória cuja função é ajudar-nos a selecionar e a ordenar os factos. Mas devemos deixar claro que não pode haver qualquer teoria ou hipótese que não seja, nesse sentido, uma hipótese operante e não permaneça assim. De facto, nenhuma teoria é final e cada teoria nos auxilia a escolher e ordenar factos (POPPER, 1974b, p. 268-69).

De tal modo, esse caráter seletivo portado por toda descrição torna-se “relativo” no sentido de que ofereceríamos outra descrição caso nosso ponto de vista fosse diverso. A nossa crença na verdade da descrição, também garante Popper, pode ser afetada; porém, a questão da verdade ou falsidade da descrição permanece intacta, dado que não é relativa em tal sentido.

Em linhas gerais, a seletividade de toda descrição situa-se na variegada e infinita riqueza dos possíveis aspectos dos fatos do nosso mundo. Para descrevermos essa riqueza, dispomos de um número finito de uma série finita de palavras. Desta maneira, podemos descrever essa realidade na maior extensão que desejarmos e, no entanto, essa descrição será meramente uma seleção; sempre incompleta, pequena, dos fatos que se apresentam para serem descritos.²

Tamanho situação evidencia que não apenas é impossível evitar um ponto de vista seletivo, mas é por demais indesejável assim proceder, posto que, se assim pudéssemos, estaríamos longe de obter uma descrição mais “objetiva” e perto de conseguir um amontoado de enunciados inteiramente desconexos. Tudo isso é mais enfaticamente verdadeiro no que se refere à descrição histórica. Na história, não menos que nas ciências naturais, não podemos nos desviar de um ponto de vista, e a crença contrária nos conduziria ao autoengano e à ausência de cuidado crítico. Todavia, isso não significa que tenhamos permissão de falsificar qualquer coisa ou considerar questões de verdade de maneira leviana. Qualquer descrição histórica particular de fatos será verdadeira ou falsa, ainda que pese a decisão sobre sua

² A concepção de que o nosso intelecto é capaz de deter apenas um recorte de todo o conhecimento disponível na realidade. Observação que Popper deve a Friedrich V. Hayek (1899-1992), filósofo e economista austríaco, em *Collectivist Economic Planning* (1935).

verdade ou falsidade.

Até o momento, como bem afirma Popper, a história posiciona-se de maneira similar à física e às demais ciências naturais. Contudo, Popper mostra que na física, em contraste com a investigação histórica, o “ponto de vista” é geralmente apresentado por uma teoria que pode ser corroborada por meio da busca de novas evidências empíricas.

Numa ciência natural, as teorias possuem tarefas diversas e correlatas, que ajudam a unificá-la, a explicar e a prever acontecimentos. Nesse espectro, dar uma explicação causal a determinado acontecimento consiste em extrair, dedutivamente, um enunciado, denominado prognose, que o descreve usando como premissas da dedução certas leis universais aliadas a certos enunciados singulares, ou específicos, rotulados como condições iniciais. Popper exemplifica com o caso do rompimento de um fio cuja explicação causal podemos fornecer ao observar que ele podia sustentar o peso de apenas uma libra e foi-lhe aplicado o peso de duas. Desdobrando o processo: a) admite-se certas hipóteses que possuem o caráter de leis universais da natureza; isto é, no caso em questão: quando a tensão aplicada sobre um fio excede a máxima por ele suportada, então ele se romperá; e b) entram em jogo certos enunciados específicos, as condições iniciais, concernentes ao evento em exame: para este fio, a tensão máxima por ele suportada é de uma libra e foi-lhe aplicada duas. Ora, por meio das leis universais expressas em a), podemos deduzir, em consonância com as condições iniciais expressas em b), o seguinte efeito, descrito pela prognose: a colocação de um peso de duas libras num fio capaz apenas de suportar apenas uma foi a causa do rompimento.³

Uma das coisas que podemos ver por meio dessa análise da explicação causal, alega Popper, é que não podemos falar sobre causa e efeito de modo absoluto, mas que um acontecimento é causa de outro acontecimento, em relação com alguma lei universal. Ainda assim, tais leis universais, por diversas vezes, são tão demasiado triviais que as damos como assentes ao invés de fazer um uso consciente das mesmas. Outro tópico para levarmos em conta é que o uso de uma teoria com a finalidade de prever um acontecimento específico é tão-somente outro aspecto de seu uso. Dado que, continua Popper, testamos uma teoria pela comparação dos

³ Popper fornece o mesmo exemplo em sua *A lógica da investigação científica*, seção 12, capítulo III.

acontecimentos preditos com os efetivamente observados, a análise também nos evidencia como as teorias podem ser testadas. Utilizar ou não uma teoria a fim de explicar, prever ou testar outra dependerá do conjunto dos nossos interesses ou das proposições que aceitarmos.

Por conseguinte, no caso das denominadas ciências generalizadoras teóricas (física, biologia, sociologia, entre outras) interessamo-nos, de forma predominante, por leis ou hipóteses universais. Almejamos saber se elas são ou não verdadeiras, e dado que jamais podemos estar inteiramente certos quanto à sua verdade, preferimos o método de eliminação das falsas⁴:

Nosso interesse pelos acontecimentos específicos, por exemplo as experimentações que são descritas pelas condições iniciais e as prognoses, é um tanto limitado; interessamo-nos por eles principalmente como meios para certos fins, meios pelos quais podemos pôr a prova as leis universais, que posteriormente são consideradas como interessantes em si mesmas e como unificadoras de nosso conhecimento (POPPER, 1974b, p. 271).

No caso das ciências generalizadoras aplicadas, o nosso interesse é distinto. Um engenheiro, exemplifica Popper, que utiliza a física para construir uma ponte está geralmente interessado em uma prognose: saber se uma certa espécie de ponte descrita pelas condições iniciais suportará ou não determinada carga. Para esse profissional, as leis universais são dadas como assentes e são meios para um fim.

Decorrência disso é que ambas as ciências, generalizadoras puras e generalizadoras aplicadas, têm seus interesses voltados para, respectivamente, testar hipóteses universais e prever acontecimentos específicos. Sem embargo, há um interesse que transcende esses objetivos: o de explicar um acontecimento particular ou específico. Caso estejamos a fim de explicar um acidente de trânsito, por exemplo, então habitualmente iremos admitir uma miríade de leis universais antes triviais, tais como a de que um osso se quebra sob certa pressão, e estaremos geralmente interessados nas condições iniciais, ou na causa que, aliada a essas leis triviais da natureza, poderá nos explicar o acontecimento em questão. Em condições normais, admitiremos certas condições iniciais e buscaremos encontrar mais alguma evidência a fim de testar se essas condições iniciais hipoteticamente aceitas são verdadeiras ou

⁴ O método de eliminação de erros por tentativas, colocado por Popper como peculiar ao progresso do nosso conhecimento.

falsas. Em outras palavras: Popper assegura que testamos essas hipóteses específicas extraindo delas, com a ajuda de outras leis universais igualmente triviais, novas predições passíveis de serem confrontadas com fatos observáveis.

Temos que, portanto, chamar as ciências cujo interesse é voltado para a explicação de acontecimentos específicos, para se distinguirem das ciências generalizadoras, das ciências históricas.

Ao ver de Popper, essa concepção de história deixa nítida a razão pela qual muitos estudantes de história e de seu método insistem que são os acontecimentos particulares que os interessam e não qualquer das ditas “leis históricas”:

A generalização pertence simplesmente a uma diferente linha de interesse, a ser agudamente distinguida daquele interesse nos acontecimentos específicos e sua explicação causal que é a tarefa da história. Aqueles que se interessam pelas leis devem voltar-se para as ciências generalizadoras (por exemplo, a sociologia). Nossa concepção também deixa clara a razão pela qual a história tantas vezes tem sido descrita como “os acontecimentos do passado, tais como efetivamente ocorreram”. Esta descrição expõe perfeitamente bem qual é o interesse específico do estudioso da história, em contraposição ao do estudioso de uma ciência generalizadora, embora tenhamos de levantar algumas objeções contra ela (POPPER, 1974b, p. 272).

Também explica essa concepção o fato de, argumenta Popper, na história nos vemos confrontados, muito mais do que nas ciências generalizadoras, com os problemas de seu “infinito tema de estudo” (POPPER, 1974b, p. 272). Esse detalhe está na constatação de que as teorias ou leis universais nas ciências generalizadoras introduzem unidade, assim como um ponto de vista. Na história, entretanto, não dispomos de teorias unificadoras. A multidão de leis triviais utilizadas pelo historiador é dada como assente: é desprovida de interesses e incapaz de introduzir ordem no tema de estudo. Desdobremos isso.

Caso os historiadores desejem, conforme o exemplo dado por Popper, explicar a divisão da Polônia em 1772 mostrando que para ela não era possível resistir ao poderio da Rússia, da Prússia e da Áustria, usar-se-á, geralmente, o que é denominado como “lei da sociologia do poder militar”: caso entre dois exércitos aproximadamente bem armados e comandados, um tenha superioridade em homens, então o outro nunca vencerá. Essa lei, como podemos notar, é muito trivial para que possa oferecer um sério problema para os sociólogos ou mesmo chamar a atenção deles. O que fica como lição disso é que, na realidade, a maioria das explicações

históricas utiliza menos leis sociológicas e psicológicas triviais, mas a *lógica da situação*. Além das condições iniciais que servem para descrever os interesses pessoais, os objetivos e demais fatores situacionais, admite-se sub-repticiamente, como aproximação inicial, a trivial lei geral de que pessoas de juízo íntegro agem mais ou menos racionalmente dentro das situações nas quais se encontram:

Geralmente a lógica situacional admite um mundo físico no qual agimos. Este mundo contém, digamos, recursos físicos que estão à nossa disposição e sobre os quais sabemos algo, e barreiras físicas sobre as quais também sabemos alguma coisa (frequentemente não muito). Além disso, a lógica situacional também deve admitir um mundo social, habitado por outro povo, de cujas metas sabemos alguma coisa (frequentemente não muito) e deve admitir, além de tudo, as *instituições sociais*. Essas instituições sociais determinam o peculiar caráter social do nosso meio social, realidades que, em algum grau, correspondem às coisas do mundo físico. Um armazém ou um instituto universitário ou uma força policial ou uma lei são, nesse sentido, instituições sociais. A Igreja, o Estado e o casamento também são instituições sociais [...] (POPPER, 2004, p. 32-33, destaques do autor).

Nesse cenário, é importante ver que diversas “teorias históricas”, que podem ser melhor descritas como “quase teorias”, diferem vastamente em caráter das teorias científicas (POPPER, 1974b). Na história⁵, os fatos de que dispomos são amiúde intensamente limitados e não podem ser replicados ou implementados ao nosso bel prazer. Esses dados foram coletados em conformidade com um ponto de vista anteriormente concebido: as chamadas “fontes da história”, que apenas registram os fatos que pareceram suficientemente interessantes para registrar; fontes essas que contêm dados adaptáveis a uma teoria preconcebida. Conquanto, não dispondo de mais fatos, não será, via de regra, possível testar esta ou outra teoria posterior, essas intestáveis teorias históricas podem razoavelmente ser qualificadas como circulares. Em contraposição às teorias científicas, Popper prefere chamá-las de *interpretações gerais*.

A relevância das interpretações está no fato de apresentarem um ponto de vista. Nada obstante, Popper mostrou que um ponto de vista é sempre inevitável e que, no âmbito da investigação histórica, só raramente se pode obter uma teoria que possa ser testada. De tal modo, não devemos pensar que uma interpretação geral possa ser corroborada mesmo pela sua convergência com todos os registros: devemos lembrar do que já apontamos, ou seja, sua circularidade, além do fato de que haverá sempre

⁵ Popper diz que o mesmo vale para as ciências naturais históricas, como a geologia histórica.

uma quantidade de outras interpretações - algumas vezes incompatíveis - que estejam em conformidade com os mesmos registros. No entanto, se observarmos que mesmo na esfera da física, com o armazenamento de fatos mais dignos de confiança, novas experimentações cruciais são necessárias por estarem as velhas em conformidade com duas teorias competidoras e conflitantes⁶, deixaremos de lado a ingênua crença de que qualquer conjunto de definido de registros históricos possa ser interpretado de um único modo.

Entretanto, essa condição não significa que todas as interpretações possuam igual mérito.⁷ Primeiramente, sempre há interpretações que realmente não se encontram em conformidade com os registros aceitos; em segundo lugar, há algumas interpretações que precisam de um número plausível de hipóteses auxiliares para evitarem ser infirmadas pelos registros. Ademais, há, ainda, algumas que são incapazes de fazer correlação entre diversos fatos que outras podem fazê-lo e, desse modo, explicá-los. Por isso, pode haver todas as espécies intermediárias entre “pontos de vista” mais ou menos universais e essas específicas hipóteses históricas que, na tarefa de explicar acontecimentos históricos, desempenham antes o papel de condições iniciais hipotéticas e menos de leis universais.

O fato de ter afirmado que as interpretações podem ser incompatíveis, ressalta Popper, não implica que apenas se as considerarmos como cristalizações de pontos de vista não o serão. A interpretação de que o homem progride obstinadamente, exemplifica ele, é incompatível com a de que ele regride firmemente. Ainda assim, vale a pena notar a diferença: o “ponto de vista” de quem leva em conta a história humana como uma história do progresso não é necessariamente incompatível com o de quem a encara como uma história de regressão. Expressando de outro modo, é viável escrevermos uma história do progresso humano em prol da liberdade (contendo, por exemplo, o relato da luta contra a escravidão) e outra história de retrocesso e

⁶ “[...] (considere-se a experiência dos eclipses que foi necessária para decidir entre as teorias de gravitação de Newton e Einstein) [...]” (POPPER, 1974b, p. 274).

⁷ Essa colocação é coerente com a aversão de Popper a posturas que podem conduzir ao relativismo ou ao irracionalismo. Diz o filósofo em “O mito do referencial”: “Um dos traços mais perturbadores da vida intelectual da atualidade é a maneira como se defende tão amplamente o irracionalismo e se admite doutrinas irracionalistas. A meu ver, um dos principais componentes do irracionalismo moderno é o relativismo (a doutrina de que a verdade é relativa a nosso referencial ou formação intelectual: que ela pode mudar de um referencial para outro) e, em particular, a doutrina da impossibilidade de um mútuo entendimento entre diferentes culturas, gerações ou períodos históricos” (POPPER, 2008, p. 209).

opressão (contendo coisas tal como o impacto da raça branca sobre a negra) e essas histórias não precisarem estar em conflito; podem ser complementares como duas visões de uma paisagem tomada de pontos distintos. Popper assume essa consideração como de alta importância tendo em vista que como cada geração tem seus problemas e dificuldades peculiares e, logo, seus interesses e pontos de vista peculiares, então cada uma delas terá o direito de reinterpretar a história à sua conveniência, sendo essa reinterpretação complementar à de gerações anteriores.

Afinal de contas, estudamos a história porque estamos interessados nela talvez por desejarmos aprender alguma coisa a respeito de nossos próprios problemas. Mas a história não pode servir a nenhum desses dois objetivos, se, sob a influência de uma inaplicável ideia de objetividade, hesitarmos em apresentar os problemas históricos do nosso ponto de vista. Nem deveremos pensar que nosso ponto de vista, se consciente e criticamente aplicado ao problema, será inferior ao de um escritor que ingenuamente acredite não interpretar, mas haver alcançado um grau de objetividade que lhe permita apresentar os “acontecimentos do passado como realmente concorreram”. (Eis porque creio que se justificam até mesmo os comentários abertamente pessoais como os contidos neste livro, pois se acham de acordo com o método histórico.) (POPPER, 1974b, p. 276).

Como corolário dessa situação, o importante, frisa Popper, é termos consciência dos nossos pontos de vista e termos, sobretudo, sentido crítico, evitando, dentro do possível, desvios inconscientes e, assim, não críticos, ao expormos os fatos. Em todos os outros aspectos, a interpretação deve falar por si mesma e seus méritos estarão em sua fertilidade, em sua capacidade de desvelar os fatos históricos e, em seu interesse pontual, em sua capacidade de elucidar os fatos do dia.

Em suma, temos que não é possível haver uma história “do passado tal como efetivamente ocorreu” (POPPER, 1974b, p. 276): podem existir apenas interpretações históricas não definitivas, com cada geração tendo o direito de elaborar a sua. Não há apenas o direito de elaborar a sua interpretação, como há real necessidade a ser atendida. Queremos saber como se dá a relação das nossas dificuldades com o passado e queremos ver a linha por meio da qual poderemos progredir para a solução que presumimos e escolhemos para a nossa primordial tarefa. Essa necessidade, como veremos detalhadamente na próxima seção, é a que produz as interpretações historicistas. Sob sua pressão, o historicista substitui a indagação racional acerca de como escolher os problemas mais prementes, como eles surgem e quais os caminhos mais viáveis para resolvê-los, pela seguinte indagação irracional: “que caminho

estamos seguindo? qual, na essência, é a parte que a história nos destinou a desempenhar?” (POPPER, 1974b, p. 277).

[O] historicista não reconhece que é ele quem escolhe e ordena os factos da história, mas crê que a “própria história”, ou a “história da humanidade”, determina, por suas leis inerentes, a nós mesmos, nossos problemas, nosso futuro e mesmo nosso ponto de vista. Em vez de reconhecer que a interpretação histórica deveria atender a uma necessidade nascida dos problemas práticos e das decisões que nos confrontam, o historicista acredita que em nosso desejo de interpretação histórica se expressa a profunda intuição de que, contemplando a história, poderemos descobrir o segredo, a essência do destino humano (POPPER, 1974b, p. 277).⁸

A partir de um exame cuidadoso dessa questão, Popper concluiu que essas largas profecias históricas estão muito distanciadas do método científico. O futuro depende do agir de cada um, enquanto indivíduo, e não de qualquer necessidade histórica que possa ser levantada. Contudo, o filósofo diz que influentes filosofias sociais assumiram a posição oposta. Os cientistas sociais depositam confiança em uma estabilidade que as ciências naturais possuem para fazer previsões e concluem, equivocadamente, que também devem as ciências sociais fazer profecias de longo prazo. Temos aqui o historicismo. Logo, os argumentos apresentados pelos historicistas, apesar da aparente plausibilidade, centram-se na “[...] grosseira incompreensão do método da ciência e, especialmente, no esquecimento da distinção entre *predição científica e profecia histórica*” (POPPER, 1974, p. 17, destaques do autor).

1.2 Marx e seu determinismo sociológico

De acordo com o exposto na seção anterior, Popper diz que a história em si mesma não tem qualquer significação, mas que cabe a nós darmos a ela a nossa própria significação, seja considerando-a do ponto de vista da luta pela sociedade aberta, do da luta contra a opressão, entre outras opções.

O marxismo, diz Popper, tem como base o intento de penetrar no campo humanitário, causando cisma e confusão a fim de construir uma quinta coluna intelectual amplamente inconsciente e, por essa mesma condição, eficaz. O maior

⁸ Empenha-se em descobrir a “Chave da História”, expressão que Popper toma emprestada de John Macmurray (1891-1976), filósofo escocês.

êxito dessa tentativa deu-se após o hegelianismo ter se alçado como a base de, como era então considerado o marxismo, “um verdadeiro movimento humanitário” (POPPER, 1974b. p. 89). Entretanto, apesar dessa roupagem, aos olhos de Popper, esse movimento era até então a mais desenvolvida e mais perigosa forma de historicismo.

Conquanto, para Popper, é impossível fazer justiça a Marx sem o reconhecimento de sua sinceridade:

Sua largueza de espírito, seu senso dos fatos, sua desconfiança da verbosidade, e especialmente da verbosidade moralizante, fizeram dele um dos mais influentes lutadores deste mundo contra a hipocrisia e o farisaísmo. Tinha ardente desejo de auxiliar os oprimidos e estava plenamente consciente da necessidade de dar provas com ações e não só com palavras. Como seus principais talentos fossem teóricos, dedicou labor imenso a forjar o que acreditava serem armas científicas para a luta a fim de melhorar o quinhão da vasta maioria dos homens. Sua sinceridade na busca da verdade e sua honestidade intelectual o distinguem, creio, de muitos de seus seguidores (embora infelizmente também ele não escapasse de todo à influência corruptora de uma educação na atmosfera da dialéctica hegeliana, descrita por Schopenhauer como “destrutiva de toda inteligência”) (POPPER, 1974b, p. 89).

Por essa citação, podemos ver que, segundo Popper, o interesse de Marx pela filosofia e pela ciência social era de cunho prático. Para ele, o conhecimento era um meio de promover o progresso da humanidade. Todavia, por que Popper ataca tão veementemente o filósofo alemão?

Bryan Magee (1930-2019), em seu *As ideias de Popper*, nos explica que o aspecto central do marxismo reside na afirmação de constituir-se como uma doutrina científica. Marx considerava-se, nas palavras de Magee, “[...] o Newton ou o Darwin das ciências históricas, políticas e econômicas - em verdade, daquelas que poderíamos, de maneira geral, denominar ciências sociais” (MAGEE, 1974, p. 95). O cerne da questão, portanto, é o seguinte: Marx acreditava que leis científicas, sendo ele o descobridor delas, disciplinavam o desenvolvimento das sociedades humanas. A concepção de ciência sustentada era, inevitavelmente, pré-einsteiniana. Semelhantemente aos homens bem-informados de seu tempo, Marx julgava que as leis naturais disciplinadoras dos movimentos da matéria no espaço haviam sido descobertas por Newton.

Segue-se que é possível para nós predizer o momento em que o sol “nascerá”

ou “deitará”, os eclipses, os movimentos das marés, entre outros. Sem embargo, ainda que as leis naturais nos permitam predizer o futuro do sistema solar, não conseguimos controlá-lo. As leis, assim, agem com inexorável necessidade, produzindo resultados que são inevitáveis, que somos habilitados para prever, mas não alterar. Marx, prossegue Magee, contemplou suas descobertas sob a mesma ótica e estabeleceu um paralelismo com as leis da natureza valendo-se de aspectos extraídos da teoria newtoniana.

Entretanto, o fato de que Marx concebia com enlevo o futuro inevitável é, do ponto de vista científico, irrelevante. Era impossível para Marx defender o futuro inevitável, do mesmo modo que um astrônomo não pode defender um eclipse que lhe foi possível prever. O filósofo alemão, ainda segundo Magee, obstinadamente reiterou o caráter científico de sua teoria, alegando que ela fazia não prescrições, mas descrições. Inclusive rejeitava outras formas do socialismo, dando-as como utópicas. Uma passagem do *Manifesto* explicita essa rejeição:

Substituem a atividade social por sua própria imaginação pessoal; as condições históricas da emancipação por condições fantásticas; a organização gradual e espontânea do proletariado em classe por uma organização da sociedade pré-fabricada por eles. A história futura do mundo se resume, para eles, na propaganda e na execução prática de seus planos de organização social (MARX; ENGELS, 2007, p. 66).⁹

A evidente consequência do fato de o marxismo comparar-se à ciência é que, para não chafurdar em contradições, deve, exitosamente, defender no âmbito das discussões científicas as posições que propugna (MAGEE, 1974). Em outras palavras: deve o marxismo submeter-se a testes experimentais e aceitar as consequências advindas desses testes. Admite-se, geralmente, que Popper derrubou os então proclamados “alicerces científicos” (MAGEE, 1974, p. 97) do marxismo a ponto de inviabilizar uma reconstrução do mesmo. No entanto, o nosso autor não atacou o marxismo almejando mostrar que ele é irrefutável.¹⁰ A teoria marxista, considerada seriamente, mostra-nos Magee, permitiu uma considerável amostra de previsões

⁹ Popper aceita essa diferenciação entre, de um lado, a crença marxista de que somos impotentes para fixar os rumos da história e, de outro, a crença utópica de que cabe a nós construir a sociedade perfeita. Como vemos, o marxismo foi amplamente divulgado como se fora uma crença do segundo tipo e foi assim acolhido pela maioria dos comunistas que, para Popper, são “marxistas vulgares” e, para Marx, “socialistas utópicos”. Segundo Magee, o comunismo é utópico, mas não o marxismo (MAGEE, 1974).

¹⁰ “O marxismo vulgar é irrefutável, mas Popper não comete o erro de atribuir esse marxismo vulgar a Marx” (MAGEE, 1974, p. 97).

falseáveis. Dentre alguns exemplos:

[...] somente os países capitalistas plenamente desenvolvidos poderiam, de acordo com a teoria, tornar-se comunistas; conseqüentemente, todas as sociedades deveriam preliminarmente completar a fase capitalista, antes de se voltarem para o comunismo. Contudo, ressaltando-se o caso da Checoslováquia, todos os países que se tornaram comunistas atravessavam fases pré-industriais - nenhum deles chegou a ser uma sociedade capitalista plenamente desenvolvida. Segundo a teoria, a revolução teria de assentar-se no proletariado industrial. Entretanto, Mao Tse-Tung, Ho Chi-Minh e Fidel Castro refutaram a previsão, baseando suas bem-sucedidas revoluções nos camponeses de seus respectivos países (MAGEE, 1974, p. 97).

Todos os casos mencionados equivalem a refutações de uma teoria que reclama o *status* de científica em razão de submeter suas previsões a testes empíricos. Embora esse, na ótica popperiana, seja o teste mais relevante ao qual uma teoria deve superar, não é, contudo, o único: deve uma teoria estar em conformidade com os critérios lógicos de compatibilidade e coerência interna.¹¹ O aspecto fundamental do marxismo, isto é, o desenvolvimento dos meios de produção como único fator determinante de transformação social, mostra-se logicamente incoerente dado que a teoria não pode explicar a maneira pela qual esses meios de produção se desenvolvem ao invés de permanecerem os mesmos. De tal modo, a concepção de Marx consoante a qual a história evolui em conformidade com leis científicas é, para Popper, mais um exemplo, e o mais atraente, do historicismo. Como bem define Phil Parvin, o historicismo caracteriza-se pela condição de que:

[...] o estudo das instituições sociais e políticas, normas e convenções não pode ser tomado em abstração das forças históricas e condições que as trouxeram ao mundo. O estudo da política e da sociedade, nessa visão, é pouco mais ou menos que o estudo da história (PARVIN, 2010, p. 52, tradução nossa).

A crença de que a ciência se encontra atrelada ao determinismo, seja ele interpretado como princípio de uniformidade da natureza ou como lei de causalidade universal, ainda não havia sido totalmente superada no século XX. Popper afirma ter

¹¹ Princípio de unidade lógica da ciência. Em nosso *Popper, verdade e progresso científico: possibilidades e limites na elaboração de uma epistemologia objetiva*: Porto Alegre: Editora Fi, 2017 mostramos que a filosofia do convencionalismo fere esse princípio ao defender que hipóteses diferentes, mesmo que sejam contraditórias, podem ser úteis ao cientista dependendo da aplicabilidade que possuem. O valor cognitivo atribuído à ciência é, então, substituído por um valor meramente instrumental. Mais a respeito, cf. especialmente o quinto capítulo: "Convencionalismo e relativismo", p. 32-39

sido Laplace¹² o que mais se apegou à ideia do determinismo (PEREIRA, 1993). Na visão laplaciana, o estado do sistema newtoniano estaria dado caso fossem fornecidas as posições, massas, velocidades e direções concernentes a todas as suas partículas. Como, evidentemente, esse conhecimento situa-se além dos nossos limites intelectuais, Laplace põe em jogo a ficção de um “demônio”. Essa “entidade”, estando de posse dessas condições e das leis naturais, poderia deduzir todos os estados futuros do mundo, fundamentando o determinismo.

Para Popper, a ciência vinha, cada vez mais, mostrando sinais de independência dessa noção. Segundo o filósofo, a física, “a mais adiantada de todas as ciências” (POPPER, 1974b, p. 92), havia mostrado que pode seguir sem tais suposições. O determinismo não é um pré-requisito necessário de uma ciência capaz de fazer previsões. Porém, diz, Marx não pode ser censurado por meramente ter sustentado o determinismo no que concerne às ciências naturais, tendência essa que era por demais influente em seu tempo.

Se não pudemos censurar Marx por ter sustentado o determinismo, podemos, argumenta Popper, censurar a influência prática dessa doutrina sobre a concepção do filósofo alemão acerca dos alvos e possibilidades das ciências sociais, que o extraviou. Para Popper, a ideia abstrata de que há causas que determinam os desenvolvimentos sociais é inteiramente inofensiva. O perigo é quando essa ideia conduz ao historicismo. Segundo Popper, “[n]ão há razão para acreditarmos que, dentre todas as ciências, a ciência social seja capaz de realizar o antiquíssimo sonho de revelar o que o futuro nos reserva” (POPPER, 1974b, p. 93). Essa crença em uma adivinhação científica não se centra apenas no determinismo, mas na confusão entre previsão científica, típica às ciências naturais, e profecia histórica, que faz um prenúncio das principais tendências do desenvolvimento futuro da sociedade. O caráter científico da primeira espécie de previsão não assegura o caráter científico da segunda.

Logo, tudo o que um cientista social poderia fazer, pensava Marx, era “[...] prever os vórtices e rajadas à sua frente” (POPPER, 1974b, p. 94). O serviço prático que ele prestaria seria prever a tormenta que desviaria o navio de seu curso certo, ou, também metaforicamente, avisar qual lado do barco seria melhor para todos os passageiros se reunirem. O socialismo científico, de acordo com o filósofo alemão,

¹² Pierre-Simon Laplace (1749-1827), matemático, astrônomo e físico francês.

expõe Popper, tinha como tarefa anunciar um milênio socialista independente. O socialismo científico não seria uma tecnologia social, uma vez que não ensina os modos e meios de construção de instituições socialistas. O modo como Marx vê as relações entre teoria e prática evidencia a integridade de seu historicismo. Por essa razão, é mui importante distinguir entre predição científica e profecia histórica:

A profecia histórica e a interpretação da História tornam-se, de tal forma, a base de qualquer ação social consciente e realista. Em consequência, a interpretação da História há de constituir-se na principal tarefa do pensamento historicista; e, em verdade, assim ocorreu. Cada ação e cada reflexão historicista objetivam interpretar o passado para ter como predizer o futuro (POPPER, 1980, p. 40-41).

Marx, conclui Popper, acabou sendo um falso profeta. Ele foi um profeta do decurso da história e fez profecias que não se cumpriram. Apesar disso, essa não é a principal acusação popperiana. Para Popper, Marx desviou, em grande número, pessoas inteligentes, fazendo-as acreditar que a profecia histórica é o modo científico de abordar os problemas sociais. A influência historicista do filósofo alemão acabou sendo devastadora para todos aqueles desejosos da estabilidade da democracia. O marxismo-leninismo simbolizava esse poder devastador e por demais nocivo.¹³

2 A “impotência política” marxista e a crítica popperiana da teoria da soberania

Conforme apontamos, Popper reconhece nas reflexões de Marx a influência, por demais profunda, das condições da época vivenciada pelo filósofo alemão. Um tempo, a saber, marcado por dura exploração da classe operária, em que mesmo crianças eram submetidas a prolongadas jornadas de trabalho; submetendo-se a isso em troca da sobrevivência.¹⁴ Popper, assim, admite que:

[...] por trás dessas teorias tão soturnas quanto engenhosas há uma sombria e depressiva experiência. E embora Marx, a meu ver, falhasse em compreender o futuro que ele tão agudamente desejava prever, parece-me

¹³ Do mesmo modo, Popper considera que o historicismo hegeliano, com sua ideia de que a maior encarnação do espírito dos povos estaria no Estado, contribuiu com o nacionalismo nazista.

¹⁴ Entre os exemplos que Marx fornece a seus leitores, mencionados por Popper, está o caso de William Wood, de apenas 9 anos, submetido, quando tinha 7 anos e 10 meses, a uma extremamente árdua jornada de trabalho de mais de 15 horas diárias (POPPER, Karl Raimund. “O sistema legal e social”. In POPPER, Karl Raimund. *A sociedade aberta e seus inimigos*, pp. 124-141). Para maiores detalhes, cf. MARX, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy*. Translated by the third german edition by Samuel Moore and Edward Aveling. Edited by Frederick Engels. New York: The Modern Library, 1906. Book 3.

que mesmo suas teorias enganosas dão prova de sua afiada visão sociológica no íntimo das condições de seu próprio tempo e de seu invencível humanitarismo e senso de justiça (POPPER, 1974b, 127).

Tendo em vista toda essa reconstrução teórica, o que há de mais problemático, para Popper, dentro da teoria marxista do Estado, é a tese acerca da “impotência de toda a política”. Vejamos em maiores detalhes.

Para Marx, de acordo com Popper, os sistemas jurídico e moral de uma sociedade aspiram a uma preservação de suas infraestruturas. O sistema jurídico, por sua vez, corresponde ao conjunto de leis imposto pela classe dirigente; enquanto o sistema moral corresponde ao conjunto de preceitos ideológicos que visam persuadir o proletariado da justeza de sua situação (PEREIRA, 1993).¹⁵

A partir dessa divisão, desvela-se a verve essencialista¹⁶ do marxismo: Marx, na leitura de Popper, não busca pesquisar a diversidade das funções das instituições sociais existentes, tendo em vista que elas representam apenas a aparência econômica determinante; sendo, portanto, impossível por meio delas lograr qualquer reforma política. A consequência dessa visão é que qualquer Estado, inclusive o democrático, consiste em uma ditadura de classe. Marx tornava sua posição ainda mais explícita ao opor sistema legal e sistema social.

Diante da situação de capitalismo “selvagem”¹⁷, de acordo com o sistema legal

¹⁵ Com isso, diz Popper, não é de surpreender que as concepções que Marx possuía do liberalismo e da democracia fossem demasiado negativas. Diz o nosso autor: “[...] suas concepções do liberalismo e da democracia, que ele considerava nada mais do que véus a encobrirem a ditadura da burguesia, forneceram uma interpretação da situação social do seu tempo que parece muito bem adequada, corroborada como foi pela triste experiência. Marx, de fato, viveu, especialmente na juventude, num período da mais desavergonhada e cruel exploração. E essa vergonhosa exploração era cinicamente defendida por apologistas hipócritas, que apelavam para o princípio da liberdade humana, para o direito do homem a determinar seu próprio destino e entrar livremente em qualquer contrato que considere favorável a seus interesses” (POPPER, 1974b, p. 128).

¹⁶ Marx, nas palavras de Alberto Oliva, “que está entre os mais radicais proponentes de engenharia social”, enfatiza demasiadamente em *O capital*, que a ciência é capaz de desvelar o modo essencial de manifestação da realidade em oposição às ilusões recorrentes do senso comum, prisioneiro das percepções imediatas. O filósofo alemão declara que a ciência seria supérflua caso a aparência e a essência das coisas coincidissem imediatamente; ademais, todas as ciências, exceto a economia política, reconhecem que as coisas amiúde apresentam uma aparência que se contrapõe à sua essência. Marx fere o embasamento filosófico da modéstia do conhecimento peculiar aos liberais uma vez que se o conhecimento pode alcançar a essência recôndita do que está sob investigação, então não há razão para ter a humildade como característica. Praticamente, tudo se torna possível: “revelar-nos como e por que as coisas são como *atualmente* são, até prescrever como deveriam ser para que fossem melhores” (OLIVA, 1993. p. 24, destaque do autor).

¹⁷ Na nota 9 ao décimo-oitavo capítulo de *A sociedade aberta e seus inimigos*, diz Popper que o termo “capitalismo” é demasiado vago para ser utilizado a fim de nomear um período histórico determinado. Inicialmente foi ele aplicado em sentido pejorativo, isto é, de um sistema que propicia grandes lucros aos que “não trabalham”. Concomitantemente, o vocábulo tem sido empregado num sentido científico

estavam estabelecidas, ao menos de maneira aproximativa, a liberdade e a igualdade. Indagava-se Marx, mostra Popper, acerca do que significava isso na realidade, uma vez que os acontecimentos transcorridos não iam ao encontro dos até então direitos estabelecidos pela legislação local:

A despeito de toda essa “justiça”, eles [os trabalhadores] não estariam em situação muito melhor que a de escravos. De fato, sendo pobres, só podem vender a si mesmos, e a suas mulheres e filhos, no mercado de trabalho, por tanto quanto seja necessário para a reprodução de sua força de trabalho. Isto é, pelo total de sua força de trabalho não obterão mais do que mesquinhos meios de existência. Isso mostra que a exploração não é simplesmente roubo. Não pode ser eliminada por meios meramente legais (POPPER, 1974b, p. 130).

Para Popper, a injustiça e a desumanidade do “sistema capitalista” irrestrito, descritas por Marx, são incontestáveis, mas podem ser interpretadas em termos do “paradoxo da liberdade”. Uma liberdade irrestrita possibilita que o mais forte, seja física ou economicamente, subjuguem o mais fraco. Sendo assim, é conveniente que o Estado imponha restrições ao uso da liberdade até certa extensão¹⁸, de tal modo que a liberdade de cada indivíduo seja assegurada pela lei:

O estado deve cuidar de que ninguém entre em entendimento não equitativo por medo de fome ou de ruína econômica. Isto, sem dúvida, significa que o princípio de não-intervenção de um sistema econômico irrestrito tem de ser abandonado [...] (POPPER, 1974b, p. 131-132).

Logo, de acordo com Popper, não é suficiente apenas a garantia de “igualdade de oportunidades” para a instituição de um sistema liberal; o Estado precisa propiciar e defender as garantias para que esse direito seja exercido (POPPER, 1974b). Para isso, suprimir a política, como quer Marx, não é a solução: a política deve ser institucionalizada. A atitude pejorativa de Marx quanto ao poder político, informa Popper, não apenas significa uma negligência, por parte do filósofo alemão, em desenvolver uma teoria acerca dos mais relevantes meios potenciais para buscar uma

neutro com variegadas significações. Consoante Marx, até onde todas as acumulações de meios de produção podem ser rotuladas como “capital”, poderemos realmente dizer que, em certo sentido, “capitalismo” é sinônimo de “industrialismo”. Por esse viés, podemos descrever uma sociedade comunista, em que o Estado detém todo o capital, como “capitalismo de Estado” e “intervencionismo” o sistema a vigorar em nosso tempo (POPPER, 1974b, p. 351-52).

¹⁸ Dado que se o Estado planejar demais também a nossa liberdade estará em xeque. Temos, então, o “paradoxo da intervenção estatal”.

melhora do quinhão dos economicamente frágeis, como também não levou em conta o maior perigo potencial à liberdade humana. A concepção do autor de que em uma sociedade sem classes o poder do Estado perderia suas funções, “desvanecendo”¹⁹, mostra, na visão de Popper, que ele jamais compreendeu a importante função que o Estado pode e deve exercer em vista da manutenção da liberdade.

Porém, se a liberdade irrestrita nos põe de frente com o paradoxo da liberdade, o intervencionismo absoluto do poder estatal suprime a liberdade advogando que busca garanti-la.²⁰ O problema central da teoria política marxista, assim como da platônica, na ótica popperiana, fundamenta-se ao conceber que a pergunta central da política deve ser “Quem deve governar?”; e não “Como se deve governar?”. Aqui vale adentrarmos, ainda que brevemente, na crítica de Popper à teoria da soberania.

A resposta acerca de quem deve ser o governante, diz-nos Popper, pode convencer-nos de que um problema fundamental da teoria política fora solucionado (POPPER, 2010). No entanto, apenas contornamos os problemas quando presumimos tal questão como primordial. Reconhece Popper que até mesmo aqueles que assim o fazem, como os platônicos, reconhecem que nem sempre os governantes são suficientemente “bons” ou “sábios” e que é difícil logarmos um governo em cuja bondade e sabedoria podemos confiar irrestritamente. Admitido isso, é próprio indagar se a reflexão política não deve enfrentar, desde sempre, a possibilidade de um mau governo. Isto é, enquanto cidadãos cabe a nós torcermos para que os melhores governem, mas preparar-nos para termos os piores governantes. Logo, a questão realmente primordial deve ser: *“Como podemos organizar as instituições políticas de modo que os maus ou incompetentes governantes possam ser impedidos de fazer demasiados estragos?”*.

Os crentes no fato de que a pergunta mais antiga é a primordial supõem, conseqüentemente, que a “essência” do poder político está em ele ser irrestrito, alega

¹⁹ Popper alega que a teoria do enfraquecimento do Estado é demasiado fictícia e que não estranha que Marx e Engels tenham a adotado com o mero intuito de ultrapassar os seus rivais - Mikhail Bakunin (1814-1876) e os anarquistas. Marx não apreciava que o radicalismo de alguém ultrapasse o seu próprio. Semelhante a Marx, os anarquistas aspiravam a uma derrubada da então ordem social, entretanto dirigiam os seus ataques ao sistema político e jurídico ao invés do econômico. Para esses teóricos, portanto, o Estado era o inimigo mortal, sendo mister destruí-lo. Popper acredita que se não fossem esses competidores anarquistas, Marx, partido de suas próprias premissas, poderia facilmente afirmar a possibilidade de que uma vez instituído o Estado, sob o socialismo, ele desempenharia funções novas e indispensáveis, isto é, salvaguardar a justiça e a liberdade. Funções essas que foram atribuídas pelos grandes teóricos da democracia (POPPER, 1974b, p. 344. Nota 8 ao capítulo 17).

²⁰ Conforme apontamos na nota 18.

Popper. A presunção deles é que alguém, seja indivíduo, coletividade ou, como os marxistas, uma classe, detenha o poder. Admitem que o detentor do poder possa tudo fazer conforme seu bel prazer, sobretudo reforçar seu próprio poder a ponto de aproximá-lo de um poder irrestrito. Declaram que o poder político é, por essência, soberano.²¹ Com isso, temos o que Popper denomina de “teoria da soberania irrestrita”.

Popper assinala que, quanto à aceitação precipitada dessa teoria, existem sérias objeções. Quaisquer que pareçam seus méritos especulativos, ela é, sem dúvida, uma suposição por demais irrealista, dado que o poder político jamais foi exercido de maneira ilimitada e, desde que os homens permaneçam humanos, é impossível existir um poder absoluto:

Até o tirano mais poderoso depende da polícia secreta, de ajudantes confiáveis e de carrascos. Essa dependência significa que seu poder, por maior que seja, não é ilimitado; ele tem de fazer concessões, jogar um grupo contra outro. Sempre há outras forças políticas, outros poderes além do seu, e ele só pode dominar se consegue pacificá-los (POPPER, 2010, p. 313).

Ex positis, vemos que o projeto político popperiano intenta definir regras e maneiras de proceder que tornem inviável qualquer monopólio do poder - enquanto em epistemologia o nosso autor busca definir uma normativa que torne inviável qualquer monopólio da verdade. Popper, então, assevera Gustavo Caponi, é o Anti-Maquiavel e um epítome de sua filosofia política pode ser intitulado e subintitulado: “O *Súdito* (estratégias para o controle e a limitação dos poderes).” (CAPONI, 1995, p. 44).

3 Considerações Finais

Como vimos ao longo da discussão, a defesa popperiana da sociedade aberta fundamenta-se não na liberdade irrestrita ou no intervencionismo absoluto, muito menos na ambição da profecia histórica como método científico.

Muitas questões relacionadas ao pensamento político de Popper foram debatidas, principalmente a sua crítica do historicismo. À guisa de conclusão, procuraremos brevemente mostrar a reflexão de Anthony Quinton (1925-2010). Esse pensador debruçou-se sobre a conexão que Popper estabeleceu entre historicismo e

²¹ “De fato, quando se faz essa suposição, a única pergunta que resta é ‘[Q]uem deve ser o soberano?’” (POPPER, 2010, p. 312).

totalitarismo, tentando apontar que essa conexão é carregada de fragilidade.

Para Quinton, o inimigo imediato de Popper é o totalitarismo moderno, tanto em sua forma fascista quanto comunista (QUINTON, 1979). Para o autor, Popper não critica o totalitarismo por via de uma defesa direta dos seus opositores liberais e democráticos. Juntos, os democratas e os liberais rejeitam o totalitarismo, em parte pela sua natureza autoritária, em parte em razão de suas metas universais. O alvo prioritário de Popper não é uma tese sobre a filosofia política, mas sobre a filosofia da história; isto é, sobre a doutrina do historicismo.

De tal modo, o argumento global de Popper carrega dois principais elementos: um metodológico, voltado a refutar os pretensos fundamentos historicistas da recusa totalitária da democracia; outro de cunho ético, por meio do qual se propõe uma perspectiva moral concernente à necessidade do programa liberal-democrático, que teve sua viabilidade evidenciada por meio da crítica do historicismo.

Popper não tenta demonstrar que o totalitarismo está diretamente vinculado ao historicismo, mas conecta ambos a Marx - considerando-o, primeiramente, como historicista e como teórico fundamentador do totalitarismo soviético.

Argumenta Quinton que, à primeira vista, poderia ser uma leviandade duvidar da conexão entre Marx e o comunismo russo. No entanto, qualquer pessoa que negue ter sido Marx um totalitário, o que, nas palavras do autor, “um estudo em profundidade dos seus primeiros escritos justifica plenamente” (QUINTON, 1979, p. 189-90), duvida, de maneira implícita, dessa conexão. As obras de Marx, diz, possuem escassez de elementos totalitários e, em verdade, a sociedade ideal de Marx seria anarquista, marcada pelo fenecimento do Estado. O amplo aparelho totalitário da Rússia soviética foi inteiramente elaborado por Lênin e aprimorado por Stálin.²² O único elemento totalitário nos escritos de Marx é meramente verbal, ou seja, a expressão “ditadura do proletariado”:

²² “A ideia de um partido de elite de revolucionários foi uma criação leninista” (QUINTON, 1979, p. 190). Para Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), o exame da vertente profética do pensamento de Marx, com seu conseqüente voluntarismo, nos permite compreender o leninismo como continuação autêntica do marxismo. Um retificador, talvez, mas não um desviacionista. O leninismo, assim como o stalinismo e toda realidade soviética, revelaram-se como o “marxismo possível”. Diz Barros: “[...] o marxismo, que trazia no seu bojo a vocação totalitária, inscrita no seu maniqueísmo e no seu messianismo apocalíptico (muito mais do que no ‘autoritarismo’ que, com razão, lhe imputava Bakunin) se realizou como marxismo-leninismo, com o discípulo moldando a profecia à realidade, a fim de poder moldar a realidade pela profecia”. Para mais informações acerca desse debate, cf. o ensaio “O voluntarismo leninista e o marxismo”. (BARROS, 1990. p. 625-639).

O próprio Marx era um partidário do livre-arbítrio, rabugento e mordaz, sem dúvida dono de uma violenta personalidade autoritária. A exatidão, tanto quanto o zelo piedoso, justificaria a descrição da religião estatal russa pelos seus sacerdotes como marxismo-leninismo, e não como marxismo. Isto não significa que o elemento marxista na composição e, em particular o historicismo marxista, não seja um ingrediente crucial do todo. Porém, tal qual formulado originalmente por Marx, apesar de utópico e violento, aquele elemento não era totalitário (QUINTON, 1979, p. 190).

Assim sendo, continua Quinton, o historicismo de Marx profetiza - erroneamente - que o resultado da revolução proletária é uma condição social que proporcione aos homens, totalmente desgarrados das necessidades econômicas e das instituições opressivas por elas exigidas, dedicarem-se às suas variegadas formas de autorrealização, desfrutando de uma liberdade igual e total. Logo, Marx, para Quinton, apesar de ser um historicista convicto, não era um totalitário.

Esse foi apenas um aperitivo do debate que as investidas popperianas contra o autor de *O Capital* levantou (soma-se a isso os relacionados às discussões que Popper faz das obras de Platão e Hegel). Sendo o historicismo a concepção de que leis férreas regem a história, o alvo de todas essas investidas, muito poderíamos discutir acerca das vantagens e fragilidades da interpretação que Popper faz da história como não portadora de uma significação intrínseca, ainda que possamos impor a ela fins nossos, mas isso é uma tarefa para trabalhos posteriores.

Referências

BARROS, Roque Spencer Maciel de. "O voluntarismo leninista e o marxismo". In: BARROS, R. S. M. **O fenômeno totalitário**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1990. p. 625-639.

MAGEE, Bryan. **As ideias de Popper**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1974.

MARX, Karl. **Capital: A Critique of Political Economy**. Translated by the third german edition by Samuel Moore and Edward Aveling. Edited by Frederick Engels. New York: Modern Library, 1906. Book 3.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

OLIVA, Alberto. **Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético: a negatividade como fundamento da visão de mundo liberal**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993.

PARVIN, Phil. **Major Conservatives and Libertarian Thinkers (Karl Popper)**. v. 14. Edited by John Meadowcroft. Continuum Books, 2010.

PEREIRA, Julio Cesar R. **Epistemologia e Liberalismo**. Uma Introdução à Filosofia de Karl R. Popper. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

PEREIRA, Julio Cesar R. (Org.). **Popper: as aventuras da racionalidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. v. 1. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1974a.

POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. v. 2. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1974b.

POPPER, Karl Raimund. **Conjecturas e refutações**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

POPPER, Karl Raimund. "O mito do referencial". Tradução de Mário A. Eufrásio e Pedro Motta de Barros. **Khronos: Revista de história da Ciência**. n. 1. São Paulo: Humanitas, 2008.

POPPER, Karl Raimund. **O realismo e o objectivo da ciência**. Tradução de Nuno Ferreira da Fonseca. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

QUINTON, Anthony. "Karl Popper: A política sem essência". In: POPPER, Karl Raimund. CRESPIGNY, Anthony; MINOGUE, Kenneth R. (Orgs.). **Filosofia política contemporânea**. Tradução de Yvonne Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

VIEIRA, Daniel Mota. **Popper, verdade e progresso científico: possibilidades e limites na elaboração de uma epistemologia objetiva**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

Recebido em: 03.03.2022.
Aprovado em: 08.04.2022.

Received: 03.03.2022.
Approved: 08.04.2022.